

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO
Mês de junho de 2023

9^a

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Vítor Manuel Parreira Batista, Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário e de Sandra Cristina Mendo Moura, Segunda Secretária. -----

----Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes quarenta membros dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados:-----

----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Sandra Cristina Mendo Moura, Manuel Luís Varandas, Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Ana Cristina Preto Fernandes, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Luís José Pinto Lopes, Luís Filipe Marcos Castro, José Pedro Ovelheiro Amaro, Luis Miguel Castro Cordeiro, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, João Manuel Afonso Geraldés, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carlos Alberto Telo Figueira, Carla Alexandra Reis Lousão, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

----De registar as faltas de comparência do membro, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira com justificação e José Francisco Marcos Carrasco, Presidente da Junta de Freguesia de Brunhoso. -----

----O senhor Presidente procedeu ainda à justificação da falta de comparência do membro Anabela Mendes Pereira e dos presidentes da Junta de Freguesia de Peredo de Bemposta, Luis Pedro Martins Lopes que, com a devida antecedência, comunicou a falta e indicou o seu substituto, Armando Joaquim Lopes na qualidade de tesoureiro e do Presidente da Junta de Freguesia de Urrós, Carlos Manuel Preto Alves que, com a devida

antecedência, comunicou a falta e indicou o seu substituto, Cláudia Sofia Preto Monteiro Nunes na qualidade de secretária. -----
---Proseguiu de seguida, com os trabalhos que contou com a seguinte ordem do dia: -----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2023 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.
- 1.2- PROPOSTA DE VOTOS DE LOUVOR – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.
- 1.3- PROPOSTA DE VOTOS DE PESAR – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.
- 1.4- INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.
- 1.5 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.
- 1.6 CONCURSO PARA A ELABORAÇÃO DE PRODUTOS MULTIMÉDIA ALUSIVOS ÀS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL.
- 1.6.1- DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS, ANÚNCIO DOS VENCEDORES E ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO.
- 1.7-TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 2.1 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO - ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.
- 2.2 – DIVISÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À REVISÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MOGADOURO -PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.
- 2.3 – MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO.
- 2.4– COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PARA CONHECIMENTO.
- 2.5- MAPA DE CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO.

3 - OUTROS ASSUNTOS.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----No início da sessão, o senhor Presidente da Assembleia referiu que *“considerando o disposto na constituição da República Portuguesa e no regimento da Assembleia Municipal quanto à publicidade das respetivas reuniões e ainda em cumprimento do regulamento europeu 2016/679, que é o regulamento geral da proteção de dados e da lei nº58 de 2019 que assegura a execução deste regulamento na ordem jurídica nacional, informo que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas e transmitidas em direto, as gravações serão mantidas nos serviços da Assembleia Municipal, pelo que as intervenções não poderão ser apagadas*

e não serão sujeitas ao direito de esquecimento, por visarem o prosseguido interesse público da publicitação e documentação histórica, farão parte da ata pelo que toda a gente é responsável por aquilo que disser, da forma como o disser e ninguém pode alegar desconhecimento relativamente à gravação e à manutenção da gravação nos serviços da Assembleia Municipal para documentação dos trabalhos e elaboração daquela. Estão todos conscientes que o ato está a ser gravado”

----- 1.1 ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2023-APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO - Enviada com a devida antecedência para apreciação pelos membros municipais o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que somente votavam a ata os membros que estiveram presentes na oitava sessão. Foi feita uma intervenção por parte da Presidente de Junta de Castro Vicente, Carla Lousão, chamando à atenção para a ausência do seu nome na ata e de um erro ortográfico ao escrever o mesmo. Depois de colocada a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da oitava sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e três. -----

-----1.2- PROPOSTA DE VOTOS DE LOUVOR – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO-Não tendo havido votos de louvor o senhor presidente passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----1.3- PROPOSTA DE VOTOS DE PESAR – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO. – Foi referida a existência de um voto de pesar a José Alves, Ex-Presidente da Assembleia de Mogadouro, pelo falecimento da sua esposa Fernanda Polibio Gomes Alves. Colocada a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.-----

-----1.4-INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA: - A Assembleia tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão. -----

-----1.5-PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que este ponto terá incluído outro referente ao concurso para a elaboração de produtos multimédia alusivos às comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974. Deu as boas vindas agradecendo aos alunos e concretolando-os , assim como ao agrupamento de escolas de Mogadouro, na pessoa da senhora Diretora, Mafalda Rocha pela participação e presença aqui nesta sessão da Assembleia Municipal de Mogadouro.-----

-----Neste ponto inscreveu-se no período de intervenção do público, o Município, Francisco Fernandes Madruga para expor um assunto relacionado com a toponímia, património, cultura e página oficial do Município para dizer o seguinte: -----

“Gostaria senhor Presidente da Assembleia Municipal de colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara.

1-Tomou a CMM posse de imóveis de interesse público, em agosto de 2021 por protocolo com a DRCN, no caso o Castelo de Mogadouro e Penas Róias, bem como o imóvel classificado de domínio privado, no caso o Monóptero de S. Gonçalo. Apesar do manifesto interesse da autarquia em recuperar este Património Histórico e da disponibilidade da DRCN em apoiar, tem a autarquia previsto ou em execução algum Plano, Estudo ou Candidatura para a sua execução no imediato, até tendo em conta os trabalhos de construção do futuro museu?

2-Gostaria de sugerir à Comissão de Toponímia, que analisasse e aprovasse a alteração da placa da rua Jacinto Galvão. Julgo que pela sua importância cívica, conhecida e reconhecida, deveria ser acrescentado o seu título académico, data de nascimento e óbito, como consta na generalidade das outras placas existentes

3-Editou o Município de Mogadouro a “Monografia do Concelho”. Não tendo conhecimento dos procedimentos, questiono o sr. Presidente sobre o seguinte: Existindo em Mogadouro empresas de edição gráfica, foram pedidos Orçamentos a essas empresas? Existindo em Mogadouro diversas Livrarias, tendo o Município linhas de apoio ao comércio local, como é possível a concorrência com as próprias Livrarias, vendendo livros editados ou apoiados pela Câmara, na Biblioteca Municipal? Pode ser legal, mas não é seguramente ético.

4-Está em discussão pública a Proposta de Plano de Cogestão do Parque Natural do Douro Internacional, para o período 2023 – 2027, que se encontra em consulta pública até ao próximo dia 7 de julho. Hoje, dia 26 de junho, às 18H00, vai decorrer uma sessão pública, online, para apresentação da Proposta de Plano de Cogestão do PNDI. Qual a divulgação e discussão efetuada no nosso território? Quais as ideias e propostas do Município para a salvaguarda do Interesse Público? É que são vários milhões de euros disponibilizados por diversas fontes de financiamento. Estão acautelados os interesses das populações ou vamos permitir turismo de massas que destruam o nosso ecossistema e não tenham em conta as nossas tradições, cultura e património? -----

5-Foi afirmado pelo sr. Presidente em reunião com o MCTM, Mogadouro e Vimioso, na qual participei juntamente com o Dr. José Maria Pires, o Dr. António Preto e o David Ferreira, que o município de Mogadouro estava disponível para em conjunto com Miranda do Douro recorrer ao

aconselhamento jurídico para efeito de reclamar junto dos tribunais os valores da dívida relativa aos impostos das vendas das Barragens. Pode informar qual o ponto da situação?-----

6-Quero agradecer à senhora presidente da União de Freguesias Remondes/Soutelo, pelo facto de me ter comunicado que estava a trabalhar na resolução da situação da Associação Cultural e Recreativa de Soutelo. Estou certo de que em articulação com os restantes eleitos e com a população de Soutelo saberá dar seguimento à preservação do património público e privado da Associação.-----

7-Por último uma sugestão. Veja quem no município ou território tem condições para rever a página do Município. São inúmeras as falhas, dados históricos errados, freguesias sem histórico, freguesias com histórico errado, não favorece nada a imagem do município que V. Exa. e o seu executivo trabalham para melhorar. Informação essa, que consta da própria monografia, não se percebe se é plágio ou desconhecimento. Muito obrigado e continuação de bom trabalho.”-----

De seguida interveio para responder às questões colocadas o Senhor Presidente da Câmara, começando por saudar os presentes, em especial os alunos do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, assim como a professora e a senhora diretora, deste agrupamento.-----

Relativamente à questão colocada sobre o património de interesse municipal, informou que a intervenção realizada no Castelo está a seguir os trâmites legais e impostos pela Direção Regional da Cultura do Norte, relativamente ao projeto do museu, a implementar nessa área. Salientou que foi mandado realizar um estudo geotécnico para levantamento arqueológico do local. Relativamente ao Monóptero de São Gonçalo, embora este seja, um imóvel de interesse municipal, está implantado num terreno privado, pelo que compete ao privado a sua manutenção.-----

----Informou ainda que a monografia era um trabalho, que já vinha de outro mandato e visto não ter sido concluída a sua edição, resolveu-se proceder-se à conclusão do mesmo , tendo sido o mesmo elaborado por pessoas habilitadas..-----

----Quanto à questão do Plano de Cogestão do Parque Natural do Douro Internacional, referiu que a coordenadora Técnica estava na sessão e que o presente plano estava em período de discussão pública, podendo os cidadãos intervir nessa discussão. -----

----Analogamente, ao relacionado com o Movimento Cultural Terra de

Mirando informou que depois de se ter disponibilizado a participar no processo, a Câmara Municipal de Mogadouro somente queria ser informada sobre os custos adicionais ao aconselhamento jurídico do processo. Foi-lhe transmitido, que a Câmara Municipal de Miranda Do Douro, assumiria tais custos. Não tendo sido, até então, solicitada nenhuma prestação pecuniária para juridicamente se tratar do referido assunto.-----

----Aludiu ainda que a página do Município se encontra em revisão e que estará dentro de duas semanas, aproximadamente, se encontrará atualizada.-----

----Por fim e relativamente à placa da toponímia, onde consta o nome do Professor Jacinto Galvão referiu estar conforme o que foi deliberado pela comissão de toponímia.-----

----1.6- CONCURSO PARA A ELABORAÇÃO DE PRODUTOS MULTIMÉDIA ALUSIVOS ÀS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL.-----

1.6.1- DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS, ANÚNCIO DOS VENCEDORES E ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO.-----

----O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por salientar a importância do ensino técnico e profissional, sendo esta uma alternativa nunca um recurso. Transmitiu também a ideia de que uma das medidas, que correram menos bem no pós 25 de abril, foi a extinção das escolas técnicas e profissionais, que desempenhavam um papel muito importante na sociedade, tendo um carácter empreendedor de dinamização da economia e que foi interrompido pela nova formação profissional, que nunca se conseguiu impor. Salientou que o convite feito aos alunos, foi no sentido de capacitar e valorizar o seu trabalho, através da elaboração de três produtos de divulgação, por convite e modo concursal. Os produtos a concurso incluíam o cartaz, o convite e o flyer de divulgação. Depois lida a ata do júri do concurso para avaliação dos sete trabalhos submetidos e admitidos a concurso, que a seguir se transcreve, foram naquele momento divulgados os nomes correspondentes dos alunos autores dos trabalhos:-----

----"*Reuniram online através da plataforma webex o júri do concurso para a elaboração de produtos multimédia alusivos à comemoração dos 50 anos do 25 de abril. Estiveram presentes pela assembleia Municipal: Vítor Batista e Sandra Moura, pelo Agrupamento de Escolas de*

Mogadouro: Mafalda Rocha e Alexandra Morais Machado como elemento convidado: .-----

----Após a abertura das pastas foram excluídos os trabalhos das pastas numeradas com 3, 4 e 5 por não apresentarem os produtos propostos no Regulamento do Concurso.-----

----Após uma análise criteriosa de todos os trabalhos o júri decidiu por unanimidade que o trabalho vencedor é a pasta 1, em segundo lugar a pasta 2 e em 3 lugar as pastas 6 e 7.-----

----A abertura do envelope com a identificação dos autores será feita no dia 26 de junho em reunião de Assembleia Municipal, assim como a entrega do prémio aos vencedores e dos certificados de participação, pelo que todos os participantes serão convidados."-----

----Assim, os vencedores anunciados foram:-----

----Em Terceiro lugar: Nuno Miguel Neto Fonseca, Telmo Filipe Araújo Teixeira e Gustavo Manuel Alves Lacerda;-----

----Em Segundo lugar: Gabriel Mesquita Alfândega e Samuel Reis Fernandes;-----

----Vencedor do concurso: Diogo Filipe Fernandes Pereira.-----

----1.7-TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

----Pedi para intervir o membro, Paulo Carvalho que referiu o seguinte:"Faz mais ou menos um ano que fiz um considerando sobre a importância de, em pelo menos em eventos de alguma relevância, como foi o recente caso dos Campeonatos Nacionais de Ciclismo, haver um esforço, quer por parte do Município, quer por parte da Associação Comercial de, em concertação com as empresas de comércio locais, sensibilizar e tentar arranjar formas de o comércio se poder manter aberto também aos fins de semana, para receção e oferta aos que nos visitam, seja em visitas de Turismo, seja em eventos que possam ir acontecendo.-----

----O Sr. Presidente na altura tomou boa nota do que eu tinha dito, mas parece-me que a situação se mantém inalterada. Os que visitam Mogadouro e, por exemplo, os meus espaços comerciais, continuaram a tecer o mais comum dos comentários, que é: «Mogadouro é muito bonito, mas...está tudo fechado.»-----

----Tenho a firme noção de que não é um assunto de fácil e imediata resolução, pelo que necessita de debate e discussão com todos os agentes locais necessários, mas basta olhar para os destinos turísticos de todo o Mundo, para facilmente percebermos que sem comércio aberto e sem

alguma oferta diurna e noturna de lazer e diversão, esses mesmo locais perdem atratividade, e conseqüentemente são relegados e facilmente substituídos por outros destinos. Tomemos como bons exemplos dois municípios bem próximos, Miranda do Douro e Bragança, que evoluíram nesse capítulo e conseguem, neste momento ter, também ao fim de semana, um retorno comercial considerável, senão mesmo mais rentável até que aos dias normais de semana. Sei bem que as empresas por si só não têm as condições necessárias, quer de logística, quer de suporte financeiro de custos que numa fase inicial tal processo possa acarretar, mas urge pensar e debater o assunto, para bem de todos nós.-----

---Também, dentro da temática de promoção e turismo, como em determinada altura fiz uma crítica pela ausência do Município/Origem: Mogadouro em certames de alguma dimensão, dando como um dos exemplos a importante presença na Feira Agrícola de Santarém e outras, obrigo-me agora a congratular-me por perceber essa mesma presença este ano, e que espero tenha feito ter a perceção dessa mesma importância, e isso faz-nos perceber que realmente é importante o papel feito pelas oposições no alerta e muitas vezes no apontar caminhos que só nos beneficiam a todos nós enquanto comunidade. Temos tentado fazer neste plenário crítica sempre construtiva e pela positiva e espero continuar a poder perceber essa mesma presença em outros certames quer nacionais, quer internacionais, para promoção eficaz deste nosso pedaço de paraíso. Queria também deixar dois alertas, quer ao Município, quer à Mesa da Assembleia. Pela urgência, importância e pertinência do tema, começo pelo Município. Como certamente têm essa informação, dia 16 deste mesmo mês, por despacho governamental, o Governo de Portugal deu 90 dias para apresentação de um Plano de Eficiência Hídrica e de Combate à Seca em Trás-os-Montes. Não vou neste momento tecer muitos comentários sobre o tema, porque penso estarmos todos de acordo da importância do mesmo, mas deixo uma pergunta e uma recomendação á informação sobre o estado em que está este processo e estamos presentes nesse importante debate? E a recomendação é, claro está, para que estejamos todos alerta e certos de que no Concelho de Mogadouro, há ainda muito a fazer nesse campo e é certamente uma oportunidade única que temos pela frente e por isso façamos perceber a quem de direito todas as nossas necessidades para acautelamento do presente e do futuro. Á Mesa da Assembleia tenho também algo a comunicar. No passado dia 17 de Junho, a bancada do

Partido Socialista fez-se representar num evento coorganizado pelo IPB / Escola Superior de Administração e Turismo, pela ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais e pelo CVEL - Centro de Valorização dos Eleitos Locais, sobre a temática «Encontros sobre e com a Administração Autárquica - Curso breve para Assembleias Municipais e Capacitação dos seus eleitos locais». Uma vez que não detetamos presença de mais ninguém por parte desta Assembleia, quer da Mesa, quer do Grupo do Partido Social Democrata nesse evento, cumpre-me comunicar-vos pelo menos duas situações que a ANAM sugere, e a que, enquanto Assembleias, deveremos estarmos atentos e operantes. A primeira tem a ver com as regras (novas e já existentes) por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados relativa às transmissões online das assembleias. Há no presente, duas propostas em discussão na Assembleia da República de alteração à lei atual, propostas estas feitas pelos Partidos Iniciativa Liberal e Livre, que merecem a vossa e nossa atenção, e de todas as Assembleias Municipais Nacionais e que poderão aportar novos considerandos e formas de atuação, que merecem cuidados redobrados na análise, de forma a não cairmos em incumprimentos legais em alguma data, coisa que, claro está, não desejamos. A segunda comunicação também me parece pertinente fazer, porque neste momento está em marcha, como sabemos, um plano nacional de descentralização, que transfere algumas competências do Estado para as Autarquias e portanto, é de fácil perceção que serão os orçamentos Municipais que vão suportar essa mesma descentralização. Por consequência, seremos nós enquanto deputados municipais que iremos validar esses mesmos documentos. Portanto, defende-se que, a novos poderes das Câmaras correspondam novos poderes das Assembleias Municipais, e por isso mais poderes fiscalizadores. Há exemplos já a serem implementados por outros municípios que vão tendo sucesso para ultrapassar alguns problemas existentes, como sejam por exemplo, a constituição de Comissões Permanentes que acompanham as áreas críticas da descentralização, com todos os vereadores a reunirem com os deputados municipais. nossa responsabilidade enquanto membros desta Assembleia é grande e tende a aumentar, e, portanto, convém starmos atentos para que possamos desempenhar o nosso principal papel, que é o fiscalizador, de forma lúcida e informada.-----

----Por último, dar conhecimento da minha estranheza pelo facto de

T

Miranda do Douro ter sido o local escolhido para as Comemorações dos 25 anos do Parque Natural do Douro Internacional em detrimento de Mogadouro. O Concelho de Mogadouro tem a maior área dos Concelhos que integram o PNDI(Parque Natural do Douro Internacional). Foi o município escolhido para sede do PNDI durante anos, tendo nós até o privilégio de ter tido dois Diretores do nosso Concelho, o Eng. Domingos Amaro e o nosso atual Presidente da Assembleia Vítor Batista. Possuímos ainda neste momento um gabinete afeto ao ICNF / PNDI. Lideramos a Comissão de Cogestão do PNDI. Temos a tal centralidade que tanto e bem apregoamos. E, portanto, foi para mim de difícil perceção o porquê de tal cerimónia não ter sido realizada em Mogadouro. Tentei obter respostas e a que me foi dada foi de que somente dois Concelhos do PNDI teriam mostrado interesse na sua organização, e que Miranda teria sido a escolhida somente por dinâmicas de interesse mostradas e fazendo força para que tal acontecesse. O facto em si não é grave, mas certamente seria mais natural e justo que o evento tivesse sido realizado em Mogadouro, por tudo aquilo que já referi. Não quisemos? Não era de interesse para o executivo? Passou ao lado? Gostaria de tentar perceber, Sr. Presidente.---

---Por último, parabenizar a Vereadora Márcia e o Rui Silva pelo fabuloso momento teatral apresentado «O lodo e as Estrelas», inserido num evento cultural relevante e importante - DRAMADOURO.-----

---Lanço um repto: Desejando-lhe uma vida longa, tentem, com a brevidade possível, trazer a palco algum dos textos de Rentes de Carvalho, ainda em vida. Seria certamente justo e bonito de se ver. Obrigado-----

---Ainda, dentro do “Ponto 1.4 da Ordem do Dia”, interveio o membro, Manuel Lobo, que disse: -----

---“Trago novamente a questão da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) esta Assembleia, desta vez por boas razões.-----

Chegou ao conhecimento da bancada parlamentar do Partido Socialista, por uma notícia da Lusa, datada de 22 de Junho que executivo estará disposto a avançar com o protocolo de constituição da nova EIP (a segunda) em Mogadouro. Como e como cidadão, e creio que falo por toda a minha bancada, congratulamo-nos por esta notícia, que peca apenas por tardia. Mas, como diz o ditado, antes tarde que nunca. Para aqueles e aquelas que consideraram, em anteriores assembleias, este assunto extemporâneo e “desnecessário”, o tempo acabou por ser bom conselheiro e por nos dar razão relativamente à necessidade de constituição desta

equipa.-----

----Para aqueles que quiseram colocar uma pedra sobre o assunto, ou que consideraram o assunto "inoportuno", espero que tenham tirado as devidas relações. Para nós nenhuma causa é perdida, nem encerrada, se nós a considerarmos vital para os interesses de todos os Mogadourenses. É assim que tentamos orientar a nossa conduta enquanto cidadãos e deputados no exercício dos plenos direitos.-----

----Resta-me apelar ao executivo que envide os esforços necessários para a aplicação mais rápida e mais célere possível desta unidade, uma vez que o Verão está aí. Infelizmente já podia estar em funcionamento desde Outubro passado (data da denúncia do protocolo), mas o atual executivo assim não quis, pelas razões que já foram extensamente discutidas.-----Ainda assim, congratulamo-nos por finalmente ter imperado o bom senso e, a confirmar-se, (espero que não haja nenhuns acidentes de percurso) é uma vitória para os Mogadourenses e um importante passo para Mogadouro, no que se refere ao socorro da população, em geral.----Ficamos a ganhar nomeadamente:-----

- a) O combate a incêndios;-----
- b) O socorro às populações em caso de acidentes ou catástrofes;-----
- c) O socorro, em segunda intervenção, no âmbito da urgência pré-hospitalar;-----
- d) A minimização de riscos em situações de previsão ou ocorrência de acidente grave;-----
- e) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito das funções cometidas aos corpos de bombeiros.-----

Parabéns a todos os que lutaram por que isto fosse uma realidade. O Caminho faz-se caminhando e nunca desistindo."-----

----Interveio a presidente da Junta de Castro Vicente, Carla Lousão e referiu:-----

----A dificuldade que a freguesia possui em manter os jovens ocupados, nas férias escolares, solicitando assim, à Câmara Municipal ajuda na resolução do problema. Alertou ainda, para o aumento considerável de insetos e aracnídeos, solicitando informações sobre qual o ponto da situação na adjudicação deste tipo de serviços. Referiu ainda, que as charcas que a freguesia possui ainda se encontram por legalizar, assim sendo pede apoio técnico à Câmara Municipal, para o poder fazer junto da APA(Agência Portuguesa do Ambiente), no processo de licenciamento. Interveio o

7
Presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei, José António Freitas e solicitou:-----

----Informações sobre como se encontram as máquinas do município, uma vez que terá realizado dois pedidos destas, para limpeza de caminhos e serras, na área de intervenção da freguesia e não obteve até ao momento resposta.-----

----Pedi também ao senhor Presidente da Câmara informações sobre os terrenos que a União de Freguesias possui no bairro do Salgueiral. Salientou a resposta do Sr. Presidente da Câmara a um pedido de cedência de um terreno na Zona Industrial destinada à construção de um armazém, solicitado por esta União de Freguesias, cuja a mesma dizia:-----

----" *Em relação ao assunto em epigrafe, e conforme o despacho de quinze do dois de dois mil e vinte e três, informo Vossa Excelência que o seu pedido foi indeferido, tendo em conta que está a decorrer uma empreitada nesta área industrial, não havendo atribuição de lotes, enquanto esta esteja a decorrer.*"-----

----Veio também referir que não fosse esquecido o que consta na ata número dez do ano de mil novecentos e oitenta e três, da então Junta de Freguesia de Mogadouro, e na ata número três da respetiva Assembleia de Freguesia do mesmo ano, onde refere a posse desses terrenos por parte da União de Freguesias. Salientou ainda que a União de Freguesias não se opõem ao destino que o Presidente da Câmara queira dar aos terrenos, somente não pode a União de Freguesias sair prejudicada dessa decisão.----

----Fez a seguinte intervenção o membro, Jorge Dias, para dizer: -----

- "*Início está minha intervenção a dar os parabéns a toda a organização, assim como ao executivo Municipal, pelo excelente desempenho na elaboração da prova Nacional de Ciclismo de Estrada. Trata-se de um evento que revela boas contrapartidas económicas e engrandece o nome da vila de Mogadouro. Parabéns! No entanto e como não "há bela sem senão", pergunto ao sr Presidente do Executivo: 1º Quantos foram os custos económicos /financeiros (a verba) que tivemos de suportar com a realização do evento "Drag Rancing" ou Racing-car ou Race Wars. 2º Quais os benefícios que trouxe para Mogadouro a realização deste evento?*-----

----*Constatamos que o Race Wars-Mogadouro 23, tem um contexto organizacional exterior à Câmara pois a própria organização controla a bilheteira e tem exclusividade do bar e restauração no aeródromo, espaço*

de realização do dito evento. Pois o bar de Mogadouro que esteve presente, teve que pagar “royalties”(uma percentagem), à tal organização e só pôde vender bebidas brancas. -----

----Esclareça-me por favor, sr Presidente do Executivo, pois não vejo na minha humilde ignorância, qualquer benefício económico, social e principalmente ambiental para o nosso Concelho.”-----

----Fez a seguinte intervenção o Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Francisco Afonso, para sugerir ao senhor Presidente de Câmara que o alargamento do caminho que medeia entre Paradela e Valverde, fosse incluído no próximo orçamento, uma vez que este também faz parte das promessas eleitorais do atual executivo, para a freguesia. Este alerta é consequência da grande afluência de carros que ocorreu a esse caminho, devido ao corte de estradas, aquando da prova Nacional de Ciclismo de Estrada.-----

----Interveio o senhor Presidente da Câmara para responder às inquirições atrás relatadas: -----

----“Das questões aqui colocadas, começo por responder ao deputado Paulo Carvalho, referindo que, uma das razões que leva à realização de determinados eventos e a manter Mogadouro com Vida e em Movimento é precisamente para que o comércio local possa desfrutar dessas situações. No entanto o comércio foi alertado para o que iria acontecer, no fim de semana e mesmo assim, houve comerciantes que fecharam, como era habitual fazerem. O que leva a pensar que os comerciantes ainda não se consciencializaram para esta questão e não pode ser imputado à Câmara a responsabilidade de isso acontecer. Esta situação terá que ser revista, pois atualmente deparamo-nos com a vinda de Espanhóis que neste momento deixam Miranda do Douro e querem conhecer outros locais, nomeadamente Mogadouro. O comércio têm que estar atento e a Câmara tudo fará para ajudar, se assim o desejarem.-----

----Relativamente à questão acerca do regadio, tenho a dizer-lhe que no dia 17 de abril se realizou uma reunião com a CIM-TTM(Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-montes), que se encontra a elaborar um plano de regadio, para os territórios da CIM-TTM, onde foram colocados os pontos, que nós achamos pertinentes para elaboração desse mesmo plano”.-----

----Na referência à questão de Miranda do Douro ter sido escolhida, para a Comemoração dos 25 anos do Parque Natural do Douro Internacional

disse: pois muito bem, quem não se sente não é filho de boa gente, e como Presidente a cogestão, digo que o facto de Mogadouro, não ter querido realizar este evento, passa por acharmos que, se as candidaturas de relevância por nós apresentadas, não foram aprovadas tendo sido aprovadas duas à mesma entidade que funciona em Miranda do Douro e outra à Associação de Municípios, contrariando assim a nossa posição. Achamos que o parque precisa de investimentos no concelho de Mogadouro e que o ICNF(Instituto Conservação da Natureza e Florestas) terá de ouvir as populações e os intervenientes no processo de requalificação deste. ----- Respondendo ao deputado Manuel Lobo, referiu que as nova EIP poderia já ter sido criada desde 2021, não acontecendo por questões meramente políticas. No entanto, informou que após assinado o protocolo de manifestação de interesse do atual executivo em criar uma nova EIP, surgiu um despacho da senhora Secretária de Estado da Protecção Civil Patricia Gaspar . Assim sendo e havendo o interesse por parte da Câmara Municipal em constituir uma nova EIP, esta só poderá decorrer através de um novo processo de implementação. Ainda neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal salientou a grande importância que os Bombeiros Voluntários de Mogadouro têm para o atual executivo e a prová-lo estão as quantias avultadas de dinheiro, que têm vindo a ser transferidas para a instituição.--- Sobre os pedidos do membro Carla Lousão, referiu que estava perante uma junta de Freguesia dinâmica, capaz de resolver a questão e que relativamente à legalização das charcas através da APA, estaria presente nesse dia o vice-presidente da APA em Mogadouro, assumindo o compromisso de lhe solicitar apoio na questão da legalização.----- ---Em resposta às questões colocadas pelo Presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei José Antonio Freitas, proferiu que a própria Junta de Freguesia possui máquinas, um orçamento equilibrado e mão de obra para poder resolver o problema do mau estado de conservação dos caminhos desta mesma Freguesia. Respondendo ao membro Jorge Dias, começou por agradecer os parabéns pelo evento da prova Nacional de Ciclismo de Estrada, dizendo, que, para este campeonato, a Câmara dispendeu de sessenta mil euros. Salientou que foi muito benéfico para o concelho, não deixando de referir que os concelhos vizinhos também lucraram com o evento, mas que superou as espetativas em relação a Mogadouro. Em relação ao evento do Drag Rancing, proferiu que a Câmara, teve um encargo global de trinta e dois

mil euros e que o encargo com as despesas fixas rondaria os cinquenta e cinco mil euros. Perante estes valores, o Sr. Presidente da Câmara salientou que a autarquia optou por entregar o evento à organização, caso contrário o município gastaria mais dinheiro. Desta forma, foi a própria organização a orientar o evento e assumir os custos globais do evento. Terminou dizendo que retorno do montante gasto foi realizado com a vinda de muita gente a Mogadouro.-----

---Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Paradelas proferiu que há outras estradas sem alcatrão, que se apresentam como prioridade. Talvez o solicitado se possa concretizar no próximo ano, pois o alcatrão não possui financiamento pelo Portugal 2030.-----

----Não tendo respondido a um questão colocada pelo Presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei, José António Freitas, é alertado pelo Presidente da Assembleia, tendo regressado ao púlpito para dizer que, na altura do pedido feito à Câmara para a cedência de um lote na Zona Industrial, esse foi indeferido pelo fato de estar a decorrer uma empreitada, não podendo realizar-se nenhuma atribuição de lotes. Quanto aos lotes do Salgueiral, estes estão registados como pertença da Câmara. Não vê nenhum impedimento, na resolução do problema, quer através da entrega de um lote na zona industrial, ou de outra forma. -----

----Tendo o Senhor Presidente da Assembleia aberto um novo período de inscrição o membro Manuel Lobo interveio, para dizer que o problema na resolução dos processos passa, a maior parte das vezes, por ter a ver com as formalidades que o impedem de avançar, como foi o caso da nova EIP. Desta forma pede, ao senhor Presidente da Câmara, que seja célere e rápido neste novo processo. Terminou por salientar que ajuda financeira que a Câmara dá às instituições, como é o caso dos Bombeiros, é benefício para toda a comunidade.-----

----De seguida usou da palavra o membro Jorge Dias para chamar a atenção de que as máquinas da Câmara são de toda a comunidade, devem ser disponibilizadas a todos. O membro Paulo de Carvalho, no uso da palavra, referiu-se às comemorações dos vinte e cinco anos do parque Natural do Douro Internacional dando a opinião de que seria benéfico terem sido realizadas em Mogadouro, pelo fato de ser o momento certo de capitalização e centralidade para Mogadouro e para o Parque. Podendo

desta forma, o Senhor Presidente dar a conhecer à comunidade e instituições aí presentes as críticas que entendesse pertinente transmitir.-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

---- Pediu para intervir o membro, António Martins , referindo-se a um dos pontos da atividade do senhor Presidente, relacionado com a cogestão do Parque, questionando o Sr. Presidente da Câmara acerca da existência ou não de verbas para a recuperação da zona envolvente da cascata da Faia da Água Alta.-----

----Referiu ainda a necessidade de o ICNF repensar a gestão do Parque, pois fora desta zona envolvente verificamos, em outras localidades, a construção de atrativos turísticos que ajudam no desenvolvimento das populações e na nossa zona tudo é proibido, verificando-se se um desgaste das populações em relação a esta situação.-----

----Aproveitou ainda para parabenizar o executivo pela boa gestão financeira que este apresenta ter no momento.-----

---- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara aproveitou para dizer que:-----

---- A cogestão é recente, criticando o facto da constituição das Comissões de Cogestão terem sido demasiadamente alargadas a várias instituições para participar neste novo modelo de gestão. Neste sentido, salientou que a necessidade obrigatória de todas estas instituições terem de ser ouvidas, através dos seus representantes, dificulta muito o acolhimento consensual de muitas das opiniões dos municípios. Contudo, respondeu subscrevendo a necessidade da palavra “proibir” ter de ser abolida da gestão do parque.-----

---- Referiu ainda que atitude conservadora do ICNF tem de alterar, pois perante o Plano de Gestão deste Parque, que se encontra em discussão e depois de aprovado, será dotado de um orçamento, onde os municípios possuem uma série de medidas elencadas para implementar, na procura de alterar toda esta situação no território abrangido pelo mesmo.-----

-----2.2 DIVISÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À REVISÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MOGADOURO -PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para explicar/clarificar este ponto da ordem de trabalhos dizendo que:-----

Estavamos perante um documento de revisão da estratégia local de habitação realizado pelo município e aprovado pelo IHRU (Instituto de

Habitação e da Reabilitação Urbana) que constitui a recuperação de 34 habitações, no concelho de Mogadouro, devidamente sinalizadas na informação. Informou que, naquele momento, já se encontravam cinco habitações familiares em fase bastante avançada de recuperação.-----

-----Referiu ainda que este projeto recebe financiamento externo a cem por cento e que neste processo a Câmara tem o papel funcional de sinalizar os casos de precariedade, adjudicar a execução dos projetos e contratualizar a execução das obras.-----

-----Salientou que este processo, anteriormente, fazia parte da estratégia do bairro do Fundo Fomento (bairro social), mas que de momento transitou para alçada do *FEDER* (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). Tudo isto resultou de um protocolo assinado entre o executivo e o *IHRU* (Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana).-----

-----informou que a estratégia tem mais de um ano, por este facto houve necessidade de proceder à sua revisão, contando com o apoio das freguesias, cujo resultado foi um aumento considerável da sinalização das necessidades habitacionais, onde se inclui a construção de vinte e quatro casas para jovens casais, com renda assistida.-----

-----Referenciou ainda que o investimento das vinte e quatro casas rondará os três milhões e meio de euros.-----

-----Para concluir, deu ênfase à estratégia local de habitação dizendo ser uma mais valia para o concelho. -----

-----Após o período de inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao líder parlamentar do PS (Partido Socialista), Jorge Dias, o qual no uso da palavra perguntou qual o ponto da situação relativo ao Bairro Social, ao qual o senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que:-----

-----Foram atribuídas primeiramente as casas aos antigos moradores, que legalmente tinham direito a elas. *À posteriori* lançou-se um concurso, tendo sido atribuídas três casas. Num segundo concurso resultou atribuição de mais treze casas, no entanto, houve desistência de duas, por recusa, devido à falta de casa de banho no rés-do-chão, por estar em causa condições de mobilidade reduzida de pessoas. Desta forma, à data, permaneciam ainda duas habitações por atribuir e mais três que a autarquia possui para situações de emergência social, estando duas ocupada provisoriamente, uma por uma senhora ucraniana e outra pelo Sr. Abílio Fins. Das duas que permanecem devolutas, o executivo iria resolver uma forma mais conveniente socialmente.-----

-----Não havendo mais inscrições para uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Revisão da Estratégia Local de Habitação de Mogadouro.---

-----2.3 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO:-A Assembleia Municipal tomou conhecimento do

mapa de apoio à criação de emprego enviada pela Câmara, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia.-----

-----2.4-COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS- – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, enviada pela Câmara Municipal sobre os Compromissos Plurianuais, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia -----

-----2.5- MAPA DE CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, enviada pela Câmara Municipal sobre a cedência das máquinas no concelho, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia.-----

-----3. OUTROS ASSUNTOS:-----

--Após abertura do período de inscrições para uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, por solicitação do Sr. Presidente da Câmara deu palavra à vereadora Márcia Barros, para esclarecimento de alguns pontos, que proferiu o seguinte, dizendo que:-----

----O projeto Dramadouro fora sem dúvida um sucesso, lamentando somente a questão da informação não ter chegado as todas as pessoas das diferentes freguesias/União de freguesias do concelho.-----

----Aproveitando assim a oportunidade, uma vez que se estava a aproximar o “Festival da Terra Transmontana”, solicitou aos representantes das freguesias, um esforço redobrado na divulgação e apelo à participação. Salientou informando que o tema este ano é “Migrações”, pelo facto de todos saberem que Mogadouro é um concelho de onde, em tempos, emigrou muita gente, com regresso de muitos no presente para aqui viverem a sua Reforma como fase de vida, e de neste momento estar a passar-se por um período de receber muita gente imigrante, que traz e leva saberes, culturas e tradições.-----

----Relativamente à questão da EIP, proferiu que se o tema já estava gasto e que se a primeira EIP foi celere na sua constituição, esperava que a segunda também o seja, desta nova tentativa.-----

---- Aproveitando uma intervenção do Deputado Paulo Carvalho, informou o plenário de que se estava a pensar na concepção e realização de um Festival Literário onde o tema será Rentes de Carvalho.-----

---- Para concluir e em resposta à Sr^a. Presidente da Junta de Castro Vicente, salientou que o problema residia na vasta área do concelho, que dificultava o transporte das crianças para a vila, sede de concelho, mesmo em tempo de férias, mas a Câmara em articulação com as juntas de

freguesia/união de freguesias, estava a trabalhar no sentido de ultrapassar essas limitações e obstáculos.-----

----A Técnica da Cogestão do Parque Natural do Douro Internacional, Carla Lousão, usou da palavra a pedido e indicação do Sr. Presidente a Câmara enquanto Presidente da Cogestão-PNDI e disse:-----

----" *O modelo de cogestão das áreas protegidas instituído pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, assenta num modelo de gestão de proximidade, que trabalha essencialmente nos domínios da promoção e valorização, sensibilização e comunicação.*-----

----*A implementação deste modelo no Parque Natural do Douro Internacional tem na sua génese o pedido formal por parte dos quatro municípios que integram o Parque ao ICNF.I.P e o estabelecimento do protocolo com o Fundo Ambiental para a colaboração técnica e financeira, tendo por beneficiário a associação de Municípios do Douro Superior. A 16 de julho de 2021, foi formalmente designada a composição da Comissão de Cogestão do PNDI através do Despacho n.º 7065/2021, a qual é constituída por sete entidades e presidida pelo Presidente do Município de Mogadouro, António Pimentel.*-----

----*A Comissão de Cogestão reúne uma vez por mês, tendo a primeira ocorrido a 6 de dezembro de 2021, com o objetivo de delinear o plano de cogestão, o qual estabelece o programa de medidas e ações com vista a definir a estratégia para valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores. Atualmente o plano encontra-se em consulta pública até ao dia 7 de julho, e assenta em três eixos estratégicos: o primeiro direcionado para a valorização do património natural e cultural, o segundo para a promoção do desenvolvimento económico e social, onde se desta o turismo sustentável e as atividades do setor primário e a gastronomia e o estímulo ao empreendedorismo e inovação. O terceiro eixo é direcionado para a comunicação e participação pública. Paralelamente é considerado um eixo de acompanhamento direcionado para a conservação do património natural.*"-----

----O Sr. Presidente da Assembleia, antes de prosseguir para a atribuição do uso da palavra aos membros inscritos, aproveitou para manifestar a sua "estranheza", uma vez que na estratégia de divulgação e apelo à participação na consulta pública da CoGestão-PNDI, que decorria, da Proposta de Plano de Cogestão do Parque Natural do Douro Internacional, para o período 2023–2027, ter sido informado a título pessoal apenas, enquanto município, enquanto que esta assembleia, que por dever deveria ter sido contemplada na lista de divulgação, para que mais amplamente se pudesse participar um documento importante para o desenvolvimento do nosso concelho e vizinhos. Terminou, apelando que fosse dado conhecimento a esta Assembleia e restantes Assembleias Municipais dos

concelhos pertencentes ao PNDI. Solicitação que foi acolhida pela Técnica da Cogestão-PNDI, que assumiu essa falha protocolar.-----

----O senhor Presidente da Assembleia, aproveitou ainda o momento para entregar a documentação solicitada pela bancada do Partido Socialista, na anterior sessão, fazendo uma ressalva para o desperdício de papel, que se fez ao fotocópiar o solicitado, referindo que atualmente há meios informáticos e digitais, que facilitam o processo de cedência/consulta de documentação, ajudam o ambiente e a boa gestão de recursos financeiros do município.-----

----Findo isto, o Sr. Presidente da Mesa abriu novas inscrições e usou da palavra o membro: António Martins que iniciou dando os parabéns ao município pela peça de teatro “ O lodo e as Estrelas” do Padre Telmo Ferraz, na qual muitos fregueses de Bemposta se reviram numa das personagens “o Inácio”, pois relatava o tempo da construção da Barragem de Bemposta. Lamentou, no entanto, que na altura dos cinquenta anos da Barragem as gentes de Bemposta tivessem sido esquecidas, teria sido, na sua opinião, uma forma de reviverem a memória daqueles tempo. Chamou à atenção, para uma excelente medida tomada pelo executivo, que passa pela gestão de proximidade, que é levar a política às pessoas, onde as pessoas têm contacto com o executivo e com os técnicos do município, colocando os seus problemas e pedidos. Relativamente aos eventos levados a cabo pelo município, salientou que têm sido uma forma de atrair gente para Mogadouro, cabendo aos privados, aqui referindo-se aos restaurantes e hotelaria, a criar as condições para estes aqui permanecerem. Fez, no entanto, uma ressalva chamando a atenção, para a necessidade de haver uma coordenação de todos os municípios vizinhos, relativamente ao agendamento das atividades de forma a não haver sobreposição de eventos. Proferiu ainda que relativamente à nova EIP espera que este processo seja concretizado com celeridade.-----

----O membro Jorge Dias usou da palavra para:-----
----salientar a ocorrência de uma situação menos boa numa das sessões de teatro. Concluiu referindo que este executivo está a realizar o seu trabalho, como assim o entende, não havendo necessidade de referir constantemente o mandato anterior.-----

----O senhor Presidente da Assembleia, aproveitou este ponto da ordem de trabalhos para falar da necessidade urgente de recuperar da zona envolvente da cascata da Faia da Água Alta, anteriormente abordada pelo deputado António Martins. Referiu que, sendo um projeto que conhece bem, por ter estado na sua origem há mais de década e meia e desde então nunca mais ter havido lugar a obras de beneficiação/manutenção, hoje, a sua apreensão e preocupação prendia-se por questões de segurança e salvaguarda da integridade dos visitantes. Reforçou que a afluência turística é significativa e que a segurança deve ser uma prioridade

inquestionável na agenda de qualquer executivo, até porque é também a imagem do município, como destino turístico, que fica em causa, caso algum incidente aconteça. Terminou apelando à urgência da implementação da solução numa responsabilidade partilhada com o ICNF/CoGestão-PNDI. -----

---O Presidente da Junta de Travanca Américo Rodrigues, referenciou o apoio que a Câmara deve dar na legalização das charcas e na diferença de custos monetários que existe entre a zona do litoral e do interior no tocanto ao carregamento dos carros elétricos.-----

----O membro Paulo Carvalho usou da palavra para referir que o fato de as freguesias do concelho virem a Mogadouro para assistir ao teatro é muito importante, no entanto, salientou que é necessário começar a realizar essa descentralização que compete aos municípios também realizarem com as freguesias, pois há muita gente que devido a vários fatores não se podem deslocar a Mogadouro, ficando assim impedidos de participar nestes eventos.-----

----O senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Primeiro-secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

O Primeiro-secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à LEITURA DA MINUTA DA ATA da presente sessão.-----

Finda a leitura da ata em minuta, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se torne executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. Às doze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Ilídio Granjo Vaz, primeiro secretário da Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal,


(Ilídio Granjo Vaz)

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Vítor Manuel Parreira Batista)

1

¹ Esta ata é composta por 8144 palavras, por 21 páginas e 828 linhas.

